PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE FOMENTO

Termo de Fomento que entre si fazem, de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GURINHÉM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.739.873/0001-37, com sede na Rua 7 de setembro, SN, Centro, CEP 55356-000, Gurinhém/PB, representado pela Sr.^a Francisca Natália Vieira De Lima, Secretária Municipal de Saúde, considerando o que doravante denominada CONTRATANTE e, do outro lado, INSTITUTO VIDA FORTE, estabelecida na Av. Tancredo Neves, 2421, Ed. Emp. Redenção, Sala 1406/1407, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41820-021, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.081.689/0001-05, através do seu representante legal, o (a) Sr.(a) ELMO LUIZ ALVES LEMOS FILHO, inscrito(a) no CPF sob o nº 900.720.065-87, denominada CONTRATADA, observada a Processo administrativo nº 220621CP0002, CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2022, que se regerá tendo em vista o disposto na Lei Federal nº. 13.019/14, Decreto Federal nº. 8.726/16 e pelas normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos editadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, celebraram o presente ajuste administrativo nos termos que seguem abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste ajuste administrativo a pactuação com a entidade Instituto Vida Forte, Organização da Sociedade Civil, especializada na oferta de serviços de saúde, para atuar por meio de gestão compartilhada com o Secretária Municipal de Saúde na efetivação da política pública em saúde no município de Gurinhém, conforme determinação da CGMNP 001/2015, de acordo com o Termo de Referência constante do anexo VIII, da Convocação Editalícia nº 002/2022, e, Plano de Trabalho vencedor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO

2.1. A despesa deste contrato correrá pelo Projeto/Atividade Programa Viva A Mulher, PROJETO/ATIVIDADE/ELEMENTO DE DESPESA/FONTE: 02060.10.301.0006.2037.3350419900.600 -020 60.10.301.0006.2043.43.3350419900.600, no orçamento relativo ao exercício de 2022 e o correspondente nos exercícios subsequentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O valor global pactuado no presente contrato é R\$ 1.400.964,00, (hum milhão, quatrocentos mil, novecentos e sessenta e quatro reais), ser repassado à CONTRATADA pela CONTRATANTE em 03 (três) parcelas, cada uma no valor de R\$ 466.988,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil novecentos e oitenta e oito reais), nos seguintes prazos: a) 1ª parcela em cinco dias, a 2ª parcela em vinte e cinco dias e a 3ª parcela em sessenta dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço, conforme previsão constante no cronograma de desembolso.

3.2 - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 - O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado na forma prevista no item 3.1.

3.4 - Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição bancária, devidamente regulamentada pelo Banco Central.

3.5 - A conta bancária de depósito administrativo é a que segue, Banco 237 (Banco do Bradesco) / Ag. 03121 / C.C 0054084-6. Ajuste deverá ser de uso exclusivo a execução financeira do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência será o período de execução em noventa dias do plano de trabalho, que se inicia partir da data da assinatura do presente Termo de Fomento e da primeira ordem de serviço, podendo ser renovado em caso de necessidade de prorrogação do projeto, conforme previsto do art. 57, da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1 A alteração de quaisquer das cláusulas ou condições contidas neste ajuste administrativo, só poderá ser procedida através de termo aditivo assinado pelas partes, resguardado o disposto no art. 57, da Lei Federal nº 13019/14.

5.2 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Fomento e as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, com vistas a atender a superveniência do interesse público.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 O compromisso de prestação de serviços só estará caracterizado mediante a emissão da Nota de Empenho da unidade gestora da despesa.

6.2 A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços constantes na cláusula primeira, a partir da primeira Ordem de Serviço emitida pela Secretária Solicitante.

6.3 O recebimento provisorio ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução deste contrato, quanto à qualidade, correção e segurança do objeto contratado.

6.4 A CONTRATADA é obrigada a corrigir, refover ou substituir, totalmente às suas expensas, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades no total ou em parte com o objeto desta licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela gestão administrativa da Unidade, incluindo, mas não se limitando:

- Implantar e executar modelo de Gestão Administrativa.
- Implantar e executar modelo de Gestão de Insumos e Almoxxarifado.
- Responsabilizar-se pela documentação da unidade pactuada, incluindo inscrição e manutenção de dados atualizados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).
- Responsabilizar-se integralmente pela contratação de pessoal e de terceiros para execução dos serviços que compõem o objeto pactuado. A entidade deve dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, com quantitativo compatível para o perfil da unidade pactuada e os serviços a serem prestados.
- Deverá desenvolver e implantar uma Política de Gestão de Pessoas e obedecer às Normas do Ministério da Saúde/MS, especialmente a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência à Saúde (NR 32), assim como as Resoluções dos Conselhos Profissionais.
- Deverá prover a contratação dos funcionários em conformidade com os dispositivos legais da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT). Para a categoria médica e outros serviços de saúde ou administrativo, será permitida a contratação por meio de contrato para prestação de serviço, por pessoa jurídica.
- Contratar, no uso de sua prerrogativa de melhor gerir suas ações desde que não comprometa a qualidade dos serviços, empresa prestadora de serviço, desde que comprove a regularidade celsitista de seus funcionários, podendo também contratar empresa para prestação de serviço de vigilância e de laboratório, podendo nesses casos ser dispensada contratação de vigilante, biológico e técnico de laboratório conforme previsto neste Termo de Referência.

• Designar profissional médico como Responsável Técnico da unidade pactuada, somente poderá assumir a responsabilidade técnica por uma única unidade cadastrada pelo Sistema Único de Saúde. A entidade deverá apresentar até o 30º dia após a assinatura do contrato, o Certificado de Responsabilidade Técnica da unidade emitido pelo Conselho Regional de Medicina – CRM.

• Designar profissional enfermeiro como Responsável Técnico da unidade pactuada, somente poderá assumir a responsabilidade técnica por uma única unidade cadastrada pelo Sistema Único de Saúde. A entidade deverá apresentar até o 30º dia após a assinatura do contrato, o Certificado de Responsabilidade Técnica da unidade emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

• A equipe médica e de enfermagem deverão ser disponibilizada em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços e composta por profissionais das especialidades exigidas, possuidores do título ou certificado da especialidade correspondente, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (Resolução CFM nº. 1634/2002) e no Conselho Regional de Enfermagem (Resolução COREN nº 293/2004.), ensinando que a unidade realize a atividade assistencial qualificada no contrato.

• Deverá implantar protocolos médicos, de enfermagem e demais áreas, em concordância com a Secretaria Municipal de Gurinhém, garantindo a eliminação de intervenções desnecessárias e respeitando a individualidade do sujeito.

• Não poderá envolver as instalações, os usuários ou a Prefeitura Municipal de Gurinhém e sua Secretária Municipal de Saúde em nenhum tratamento experimental ou pesquisa médica sem prévia permissão da gestão do município.

• Deverá adotar metodologia a estruturar todos os procedimentos que eventualmente venham compro os índices de produção da unidade, leia-se produtividade do equipamento, qual for pactuado e seu eventual faturamento junto ao Ministério da Saúde.

• Manter e conservar todos os equipamentos clínicos, não-clínicos e mobiliários, bem como todos os instrumentos cirúrgicos para realização de exames, os respectivos equipamentos e acessórios, assim como deverá manter o ambiente seguro, com práticas que assegurem padrões altos de conforto e limpeza.

• Adotar identificação especial (crachá) e fardamento de boa qualidade para todos os seus empregados, assim como assegurar a frequência, pontualidade e boa conduta profissional.

• Responsabilizar-se exclusiva e diretamente por qualquer tipo de dano causado por seus agentes à Secretaria Municipal de Saúde ou a terceiros na execução do Contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

• Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade à Secretaria Municipal de Saúde, salvo disposições em contrário positivadas pela Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Caberá à CONTRATANTE garantir a entidade pactuante todas as condições necessárias para que a operacionalização dos serviços em saúde pactuados, sob o regime de gestão compartilhada, ocorra melhor forma possível. Logo, obrigar-se-á o Poder Público em:

• Disponibilizar à entidade adequada estrutura física, materiais permanentes e equipamentos mínimos para as atividades pactuadas, conforme conjunto de plantas arquitetônicas e inventário patrimonial;

• Efetuar o pagamento no prazo fixado;

• Desenvolver controle e avaliação periódica através de um preposto designado pelo Secretário Municipal de Saúde, observando "in loco" o desenvolvimento das atividades de assistência à clientela alvo de atenção;

• Notificar, formal e tempestivamente, a entidade sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;

• Permitir acesso dos empregados da entidade às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto pactuado;

• Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados ou produzidos pela entidade;

• Exercer a regulação médica do sistema;

• Conhecer a rede de serviços da região;

• Manter uma visão global e permanentemente atualizada dos meios disponíveis para o atendimento pré-hospitalar e das portas de urgência, checando periodicamente sua capacidade operacional;

• Efetuar glosas quando da ausência de algum profissional da escala, principalmente médico, utilizando como valor referência o valor de remuneração praticado pela entidade e caso não informe o valor, será arbitrado a partir da pesquisa de remuneração do mercado;

CLÁUSULA NONA - SANÇÕES

9.1 A PACTUANTE que incidir nas hipóteses colacionadas no item 9.1.1, deste Termo de Fomento, desde que devidamente evidenciada e fundamentada, sofrerá, automaticamente, a aplicação de algumas das sanções descritas no item 9.2 deste Termo de Fomento, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório.

9.2 São consideradas infrações leves e graves:

- Falta de medicação e insumos – Grave;
- Falta de cumprimento de horário pelos profissionais de saúde me e fim – Grave;
- Falta de ficha funcional e avaliação de desempenho dos profissionais da unidade – Leve;
- Falta de organização do SAME, com arquivamento indevido e documentos e prontuários sem qualquer forma de arumação e processo de trabalho para armazenamento – Leve;

9.3 A PACTUANTE sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 na sua atual redação, sem prejuízo das demais cominações legais, em especial as seguintes:

- Advertência escrita;
- Quando deixar de juntar os documentos de habilitação sem justificativa plausível;
- Quando cometer infrações leves, por ocorrência, conforme o item 9.1.1 deste Termo de Fomento;
- Quando não cumprir quaisquer dos itens do Edital e dos seus Anexos não previstos no item 9.1.1, deste Termo de Fomento, incluindo as metas quantitativas e qualitativas, conforme avaliação qualitativa a ser efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).
- Multa de:
 - 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior a 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 1% (um por cento) do valor mensal do contrato, quando constatadas:
 - Reincidência de infrações leves, por infração, conforme o item 9.1.1 deste Termo de Fomento;
 - Ocorrência de infrações graves, por infração, conforme o item 9.1.1 deste Termo de Fomento;
 - Não cumprimento de quaisquer dos itens do Edital e dos seus Anexos não previstos no item 9.1.1, deste Termo de Fomento, após reincidência formalmente notificada pela SMS, por item, não incluindo neste caso as metas quantitativas e qualitativas;
 - 0,5% (cinco décimos por cento) até 3% (três por cento) sobre o valor mensal do contrato em caso de descumprimento da meta quantitativa, sendo que as metas quantitativas por grupo de procedimento estão estabelecidas no item METAS QUANTITATIVAS DE ATENDIMENTO, do Termo de Referência. A porcentagem de multa será aplicada por descumprimento de meta quantitativa, conforme definido no item DAS PENALIDADES PELO NÃO CUMPRIMENTO DE METAS do Termo de Referência.
 - 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato em caso de descumprimento da meta qualitativa, sendo que as metas qualitativas estão estabelecidas no item METAS QUALITATIVAS DE ATENDIMENTO do Termo de Referência. A porcentagem de multa será aplicada por descumprimento de meta qualitativa, conforme definido no item DAS PENALIDADES PELO NÃO CUMPRIMENTO DE METAS do Termo de Referência.
 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal quando a pactuante incorrer por duas vezes na suspensão em virtude de sua inadimplência ter acarretado prejuízo para a Administração;
 - A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal

esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

• A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PACTUANTE ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada.

• As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do serviço, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda cobradas judicialmente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

• A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela PACTUANTE e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal.

• As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste instrumento, nem a responsabilidade da PACTUANTE por perdas e danos que causar à contratante ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

• Os danos e prejuízos serão ressarcidos à PACTUANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à PACTUANTE.

• As sanções previstas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo PACTUANTE.

• As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal de Saúde, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

10.2 A CONTRATADA fica obrigada a pagar ao Município de Gurinhém, multa de 15% do preço total do instrumento contratual, vigente na data da aplicação, sem prejuízo do pagamento das multas moratórias devidas, por inadimplemento, até a data da rescisão, caso a rescisão ocorra por sua culpa.

10.3 A rescisão do presente contrato será restrita ao quantitativo previsto neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 Rescisão dar-se-á por conveniência da Administração, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUB-CONTRATAÇÃO

12.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

13.1 Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária.

13.2 A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, contribuições fiscais, para fiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a compra do material, inclusive frete, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

13.3 Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto que a CONTRATADA acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais não incidentes sobre a compra contratada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor porventura pago à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

14.1. Fica estabelecido que na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigência em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO DO CONTRATO

15.1 O acompanhamento da execução do contrato será realizado por preposto indicado pela Secretária Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

16.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Gurinhém, Estado da Paraíba, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e acertadas, assinam as partes CONTRATANTES, o presente instrumento contratual em 4 (quatro) vias de igual forma e teor.

Gurinhém – PB, 01 de novembro de 2022.

TARCÍSIO SAULO DE PAIVA

Prefeito

FRANCISCA NATÁLIA VIEIRA DE LIMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde

INSTITUTO VIDA FORTE

Elmo Luiz Alves Lemos Filho

CPF nº 900720065-87

Director Presidente

Testemunhas

Nome CPF RG

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAIRÁ**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 00013/2022**

O MUNICÍPIO DE MANAIRÁ/PB, ATRAVÉS DO PREGOEIRO OFICIAL TORNA A PÚBLICO QUE A LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00013/2022, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS PRÓPRIOS, LOCADOS E MAQUINAS PARA ATENDER A FROTA DA PREFEITURA DE MANAIRÁ, SECRETARIAS E ÓRGÃOS A ELA VINCULADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO NO EDITAL E SEUS ANEXOS, FOI CONSIDERADA DESERTA, MOTIVO NÃO APARECERAM INTERESSADOS. INFORMAÇÕES: OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA PREFEITURA MUNICIPAL, DAS 08:00 ÀS 12:00, ATRAVÉS DO SETOR DE LICITAÇÃO, RUA JOSÉ ROSAS S/N - CENTRO - MANAIRÁ - PB.

MANAIRÁ/PB, 31 DE OUTUBRO DE 2022.

JAIRO JUNIOR ALVES FRANÇA

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHAS**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2022 SRP****REPUBLICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Matinhas – PB, através do Pregoeiro abaixo transcrito, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados que por motivos de adequação as funções administrativas para melhor adequar o edital a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 006/2022 SRP, do tipo "Menor Preço", cujo objeto é o sistema de registro de preços para eventual aquisição de material odontológico marcada com a Data de abertura: 10/11/2022 às 14h00min (Horário Local) fica Republicada para a Data de abertura: 23/11/2022 às 14h00min (Horário Local). Cópia do Edital e demais documentos pertinentes estarão à disposição no site www.tce.pb.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura de Matinhas, à Avenida Antônio Mariz 89 - Centro - Matinhas - PB no horário de expediente das 12:00 as 18:00 horas dos dias úteis através do E-mail: cpl.matinhas@gmail.com. Outras informações pelo Telefone (83) 36371001